

## Entre o lar e a fábrica: representações da mulher trabalhadora na imprensa operária de Belo Horizonte (1900-1905)<sup>1</sup>

**Daniela Oliveira Ramos dos Passos\***

 Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil.

 [ddanipassos@gmail.com](mailto:ddanipassos@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-3087-0307>

**Renata Garcia Campos Duarte\*\***

 Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

 [renatagcd@yahoo.com.br](mailto:renatagcd@yahoo.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-3647-8204>

**João Victor Jesus Oliveira Nogueira\*\*\***

 Colégio Tiradentes da PMMG, CTPM, Brasil.

 [jvnog91@gmail.com](mailto:jvnog91@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-0964-6874>

Recibido: 16 de octubre de 2025 | Aceptado: 19 de noviembre de 2025

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado parcial de pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), edital 009/2024: Fortalecimento e consolidação da pesquisa na UEMG e UNIMONTES, e pelo Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ/UEMG), edital 13/2024: *Imprensa feminina e educação: uma investigação a partir de impressos da Coleção Linhares (Belo Horizonte, 1900-1953) e Jornal O Operário: trabalho, mulheres e educação na Belo Horizonte do início do século XX.*

\* Daniela Oliveira Ramos dos Passos é professora na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE, UEMG) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana (FaE, UEMG). Coordena o núcleo Tessituras de nós: estudos, pesquisa e extensão em gênero, sexualidade e educação e integra o grupo de pesquisa História dos processos educadores (FaE, UFMG). É pós-doutora em Educação e doutora em Sociologia (UFMG), mestre em História (UFOP) e graduada em História (FPL). Atua nos campos da história, sociologia e educação, com foco em gênero, mundos do trabalho e história das mulheres.

\*\* Renata Garcia Campos Duarte é doutora em Educação (História da Educação) pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE, UFMG) e mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Faculdade de Educação da UFMG. Integra o Centro de Pesquisa em História da Educação (GEPHE) e o grupo de pesquisa História dos processos educadores (FaE, UFMG). Desenvolve pesquisas na área de história da educação, com ênfase nas relações entre movimento operário, imprensa e educação de trabalhadores e trabalhadoras.

\*\*\* João Victor Jesus Oliveira Nogueira é doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Educação (História da Educação) e licenciado em História (UFMG), e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá. Integra o grupo História dos processos educadores (FaE, UFMG). Professor de História no Colégio Tiradentes, Belo Horizonte, é pesquisador associado aos núcleos Nepólis e Tessitura de nós (UEMG).

## Resumo

O artigo analisa as representações de gênero, trabalho e educação na imprensa operária de Belo Horizonte entre 1900 e 1905, com base nos jornais *O Operário* (1900 e 1903-1905), vinculados à Liga Operária e ao Centro Operário da capital mineira. O objetivo é compreender como esses periódicos, produzidos majoritariamente por homens, construíram discursos sobre a mulher trabalhadora em um contexto de formação do mercado de trabalho urbano e das primeiras experiências de organização operária na Primeira República. A pesquisa, de caráter qualitativo e fundamentada em análise documental e histórico-discursiva, dialoga com os estudos de gênero e feministas (Scott, 1995; Rago, 2014; Gonzalez, 2020). Os resultados indicam que, embora esses jornais se apresentassem como instrumentos de emancipação social, reproduziam valores patriarcais e burgueses, limitando a atuação feminina ao espaço doméstico e à moralidade privada. As mulheres aparecem representadas como musas, “anjos do lar” ou “megeras”, raramente como sujeitas políticas e produtivas. Conclui-se que a imprensa operária belorizontina expressa uma visão masculina e excludente da classe trabalhadora feminina.

## Palavras-chave

História das mulheres, imprensa operária, gênero e trabalho, história social da educação, Belo Horizonte.

## Entre el hogar y la fábrica: representaciones de la mujer trabajadora en la prensa obrera de Belo Horizonte (1900-1905)

## Resumen

El artículo analiza las representaciones de género, trabajo y educación en la prensa obrera de Belo Horizonte entre 1900 y 1905, a partir de los periódicos *O Operário* (1900 y 1903-1905), vinculados a la Liga Obrera y al Centro Obrero de la capital minera. El objetivo es comprender cómo estos periódicos, producidos mayoritariamente por hombres, construyeron discursos sobre la mujer trabajadora en un contexto de formación del mercado laboral urbano y de las primeras experiencias de organización obrera durante la Primera República. La investigación, de carácter cualitativo y basada en análisis documental e histórico-discursivo, dialoga con los estudios de género y feministas (Scott, 1995; Rago, 2014; Gonzalez, 2020). Los resultados indican que, aunque estos periódicos se presentaban como instrumentos de emancipación social, reproducían valores patriarcales y burgueses, limitando la actuación femenina al ámbito doméstico y a la moralidad privada. Las mujeres son representadas como musas, “ángeles del hogar” o “arpía”, y rara vez como sujetos políticos y productivos. Se concluye que la prensa obrera de Belo Horizonte expresaba una visión masculina y excluyente de la clase trabajadora femenina.

## Palabras clave

Historia de las mujeres, prensa obrera, género y trabajo, historia social de la educación, Belo Horizonte.

## Between Home and Factory: Representations of Working Women in the Labor Press of Belo Horizonte (1900-1905)

### Abstract

The article analyzes the representations of gender, labor, and education in the workers' press of Belo Horizonte between 1900 and 1905, based on the newspapers *O Operário* (1900 and 1903-1905), linked to the Workers' League and the Workers' Center of the state capital. The objective is to understand how these periodicals, produced mostly by men, constructed discourses about working women within the context of the formation of the urban labor market and the first experiences of workers' organization during Brazil's First Republic. The research, qualitative in nature and grounded in documentary and historical-discursive analysis, engages with gender and feminist studies (Scott, 1995; Rago, 2014; Gonzalez, 2020). The findings indicate that, although these newspapers presented themselves as instruments of social emancipation, they reproduced patriarchal and bourgeois values, limiting women's roles to the domestic sphere and to private morality. Women appear represented as muses, "angels of the home," or "shrews," and rarely as political and productive subjects. It is concluded that the workers' press in Belo Horizonte expressed a masculine and exclusionary view of the working feminine class.

### Keywords

Women's history, workers' press, gender and labor, social history of education, Belo Horizonte.

## INTRODUÇÃO

A escrita de uma história das mulheres, como assinala Perrot (1998), constitui um empreendimento desenvolvido na contramão de um arquivo hegemonicamente masculino, exigindo da pesquisadora ou do pesquisador a habilidade de "escutar os silêncios" e decifrar as pistas deixadas à margem dos registros oficiais. É nesse interstício entre o dito e o não-dito que este artigo se insere, buscando analisar as experiências e representações das trabalhadoras de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX.

O período posterior à fundação da nova capital do estado de Minas Gerais<sup>2</sup>, Belo Horizonte, foi marcado pela formação de um mercado de trabalho livre, pela reconfiguração dos espaços urbanos e por intensos debates acerca do lugar social da mulher. Nessa conjuntura de profundas transformações urbanas, sociais e políticas, Belo Horizonte, cidade planejada e ainda em processo de construção, demandava mão de obra qualificada e não qualificada, o que gerou um cenário singular, no qual imigrantes, ex-escravizados e migrantes rurais se encontraram em meio a disputas simbólicas e materiais pela sobrevivência.

<sup>2</sup> Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 como capital de Minas Gerais, em substituição a Ouro Preto, integrando o projeto republicano de modernização do estado (Duarte, 2023).

Diante desse quadro, a imprensa operária emergiu como um veículo central de articulação de reivindicações e de formação de identidades de classe. Tomando os jornais *O Operário* (1900 e 1903-1905) como fonte principal, investigamos de que modo as mulheres foram representadas e como vivenciaram as tensões entre o projeto republicano de educação para o trabalho –que as destinava ao duplo ofício de “mães da pátria” e operárias– e suas próprias estratégias de sobrevivência, resistência e autonomia.

O recorte temporal permite examinar essas relações em um momento anterior à consolidação da legislação trabalhista da Era Vargas<sup>3</sup>, enfatizando as dinâmicas locais e associativas. A investigação parte da hipótese de que, nesse período inicial, havia uma lacuna significativa na oferta de projetos educacionais voltados às mulheres trabalhadoras e que sua representação na imprensa operária permanecia marginal, estereotipada e construída sob uma ótica masculina, refletindo e reforçando papéis de gênero tradicionais.

Como aporte metodológico e teórico, este texto adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e interpretação histórico-discursiva, composta por uma “leitura flutuante” dos textos jornalísticos, seguida da organização de temas e categorias de análise. Seguindo Luca (2020), os periódicos são tratados simultaneamente como objeto e fonte de pesquisa, considerando-se sua materialidade, condições de produção e a condição histórica em que foram produzidos. A crítica documental é imprescindível para compreender que os jornais não constituem espelhos da realidade, mas construções narrativas que expressam as marcas de seus editores e do seu tempo.

O suporte conceitual está ancorado nos estudos feministas e de gênero. Autoras como Scott (1995) fundamentam a compreensão do gênero como categoria útil de análise histórica e social, ao passo que Rago (2014) contribui para a reflexão sobre trabalho feminino e sexualidade, e Gonzalez (2020) propõe uma leitura interseccional que articula gênero, classe e raça, especialmente nas experiências de mulheres negras no pós-abolição. A análise dialoga ainda com Moraes (1999), Soihet (1989) e Galvão (2022), cujas reflexões sobre moralidade, violência e representação literária da mulher trabalhadora ampliam o debate.

O texto está organizado em três partes principais. Na primeira, apresenta-se o contexto histórico e o perfil dos jornais *O Operário*, com destaque para suas origens, objetivos e vínculos com o movimento operário belorizontino do início do século XX. Em seguida, discute-se a ausência da mulher como sujeita política e trabalhadora, evidenciando as representações de gênero, as prescrições morais e a pedagogia do lar presentes na imprensa operária. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as conclusões da pesquisa, ressaltando os limites e as possibilidades dessas fontes para os estudos da história da educação e dos mundos do trabalho.

---

<sup>3</sup> A chamada Era Vargas (1930-1945) foi o período de governo de Getúlio Vargas, marcado pela centralização do poder, pela criação da legislação trabalhista e pela ampliação da intervenção do Estado nas relações de trabalho.

## OS JORNAIS O OPERÁRIO: CONTEXTO E PERFIL

Fundado em julho de 1900, o primeiro jornal intitulado *O Operário* foi o órgão oficial da Liga Operária de Belo Horizonte, de orientação socialista. Sua criação, decidida em assembleia que reuniu mais de 700 pessoas, reflete o vigor do associativismo na nova capital mineira (Minas Gerais, 16 de julho de 1900, p. 10). Um aspecto relevante é a composição majoritariamente estrangeira de sua base social, com predominância de italianos, enquanto o elemento nacional era quase inexistente.

Na mesma reunião que definiu sua fundação, foram expostas as propostas voltadas à organização dos trabalhadores belorizontinos e à defesa de seus direitos por meio de ações legalistas e reformistas. As deliberações resumiam-se em:

Formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos, sob o penhor de procurador idôneo; reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES, regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energeticamente pela adoção das leis favoráveis aos operários, a exemplo das nações mais cultas, e pelo fiel cumprimento das que já existem prevenindo e protegendo o trabalhador; dar publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões. (Minas Gerais, 16 de julho de 1900, p. 10)

Durante a Primeira República, era comum que cada liga, associação ou sindicato fundasse seu próprio jornal, com o objetivo de divulgar reivindicações e fortalecer identidades coletivas. Como observa Ferreira (1988, p. 5), “apesar das publicações não serem produzidas especificamente por operários, estas folhas visavam a este público”.

Esses periódicos, quase sempre vinculados a organizações trabalhistas, procuravam informar, conscientizar e mobilizar leitores que partilhavam interesses comuns e pertencimento de classe. Em Belo Horizonte, a ideia de criação da Liga Operária e de um jornal de cunho operário surgiu simultaneamente. A hipótese mais aceita é que o fundador da Liga, Donato Donati, tenha proposto a criação da folha. Donati, jornalista italiano nascido em Florença em 1866, emigrou para o Brasil em 1890 e inicialmente estabeleceu-se em São Paulo, onde fundou o jornal anarquista *Avanti!* Ao transferir-se para Belo Horizonte, manteve seus ideais e propôs a criação da Liga Operária e de seu órgão oficial de imprensa, *O Operário* (Passos, 2012).

O jornal começou a circular em 29 de julho de 1900, sob direção e redação de Donato Donati, Francisco Diogo de Vasconcelos e Marcelo Rios. O primeiro número apresentou, de forma explícita, o projeto de estatutos da Liga, que tinha entre seus principais fins:

- a) unir e organizar os elementos e as energias do operariado; b) manter um jornal de propaganda, ou conseguir publicidade para suas ideias, em algum jornal existente; c) fundar, quanto for possível, uma biblioteca própria para

operários e respondente aos fins da Liga Operária; d) organizar conferências sobre argumentos econômicos e sociais; e) defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias; f) propor as autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avançar os trabalhadores; g) tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária. (Liga Operária, 29 de julho de 1900, p. 1)

Esses pontos demonstram que a Liga buscava atuar de forma reformista e institucional, almejando melhorias nas condições de trabalho por vias legais e negociações mediadas pelo Estado. Suas propostas incluíam a participação em processos eleitorais e o apoio a candidatos considerados favoráveis à classe trabalhadora, em consonância com o que Batalha (1990) descreve como sindicalismo reformista da Primeira República.

O objetivo primordial era regularizar os pagamentos salariais, uma vez que, na nova capital, os atrasos eram frequentes e os salários pagos em vales, que funcionavam como uma espécie de tíquete que o operário trocava em estabelecimentos comerciais para adquirir produtos de primeira necessidade. Sob a liderança de Donati, a Liga Operária rejeitava essa forma de pagamento e defendia que os salários fossem quitados em moeda corrente. Em editorial, lê-se:

A Liga Operária, por meio da sua comissão executiva, tem estudado naturalmente a questão da vida operária e tem chegado à convicção absoluta de que o remédio mais eficaz consiste numa lei que faculte aos operários os meios de obter justiça pronta e gratuita. (...) Todas as nações cultas têm hoje uma legislação que garante justiça aos operários, e o Estado de Minas, que certamente faz parte dos povos cultos, não pode ficar atrás. (Liga Operária, 19 de agosto de 1900, p. 1)

Ao reivindicar a extinção dos vales e o pagamento regular dos salários, a Liga Operária reforçava seu perfil reformista e legalista, voltado à negociação com o poder público. Para pleitear essas melhorias e legitimar sua atuação, a entidade enviou ao governo estadual uma petição solicitando providências sobre a questão salarial dos trabalhadores de Belo Horizonte. O documento tratava exclusivamente das formas de pagamento, exigindo a extinção dos vales, o pagamento regular dos salários (ao menos uma vez por mês) e o acesso gratuito e eficaz à justiça para os operários que se considerassem prejudicados (Liga Operária, 19 de agosto de 1900, p. 2). Desse modo, as demandas expressas nessa petição sintetizam o projeto reformista e legalista da Liga, fundamentado na via institucional de resolução dos conflitos trabalhistas.

O segundo jornal homônimo, *O Operário* (1903-1905), vinculado ao Centro Operário de Belo Horizonte, caracterizou-se por publicações regulares aos domingos e por um conteúdo mais diversificado, que incluía notícias, textos literários e históricos (Passos, 2012). Sob a direção de Olímpio Neto Caldeira, o periódico dispunha de oficinas próprias e foi fundado por Pedro Guimarães, Pedro Verçosa, Olívio Ferreira, Savini Giuseppe, Benjamim Moreira, Olímpio Caldeira e Donato Donati.



O Centro Operário tinha como finalidades defender a classe trabalhadora, promover sua instrução e instituir uma caixa de socorro mútuo, destinada aos sócios que contribuíssem com uma quantia mensal de \$500 (quinhentos réis) e uma taxa de inscrição de \$5.000 (cinco mil réis), além das demais contribuições obrigatórias à associação (*Minas Gerais*, 8 de setembro de 1905). Embora se autodefinisse como uma associação de resistência, o Centro também desempenhava funções assistenciais e educativas, o que indica que a transição do mutualismo<sup>4</sup> para o sindicalismo de resistência<sup>5</sup> ocorreu de maneira lenta, gradual e complexa, sem uma substituição abrupta de uma modalidade pela outra. Por um período, as duas formas de organização coexistiam, e uma mesma associação podia reunir características mutualistas e, em momentos de crise, assumir um caráter de resistência. Em seus estatutos, constavam objetivos como:

- a) Criação de um consultório legal para defender os sócios que forem vítimas de abusos e injustiças, seja por parte de autoridades ou particulares; b) promover a instrução e cultura geral dos sócios e do proletariado em geral por meio de escolas, bibliotecas, conferências, etc.; c) trabalhar pela união e organização do proletariado em geral, a fim de conseguir melhoramentos e reformas tendentes a emancipar as classes trabalhadoras da servidão econômica e política em que jazem; d) trabalhar pela união e organização de cooperativas de consumo e de produção e angariar o proletariado local em todos os casos em que for útil e conveniente. (*Minas Gerais*, 8 de setembro de 1905)

O jornal *O Operário*, dirigido por Olímpio Neto Caldeira, foi considerado um dos periódicos operários mais regulares e duradouros de sua época, quando comparado a outras publicações coetâneas (Linhares, 1995). Suas edições quinzenais, publicadas aos domingos e impressas na Tipografia Beltrão & Cia., revelam certo grau de estabilidade e profissionalização editorial. O primeiro número, datado de 15 de novembro de 1903, apresentou de forma explícita os objetivos e princípios que orientariam a associação:

Classes proletárias que aspiram no regime social da ordem e justiça, do direito e da lei (...) o de prestar serviços ao proletariado resolvendo em bases seguras o problema social [e propondo] melhorias para os trabalhadores em geral. (*Centro Operário*, 15 de novembro de 1903, p. 1)

<sup>4</sup> Também conhecido como associações de auxílio mútuo, o mutualismo designava sociedades que buscavam oferecer solidariedade e apoio recíproco entre seus membros, a partir de assistência médica, caixas funerárias, ajuda financeira em casos de doença ou desemprego e até escolas para os filhos dos operários. Foram as primeiras formas de organização dos trabalhadores no Brasil, predominantes no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Essas associações possuíam um caráter mais assistencial do que reivindicatório, pois não se orientavam pelo confronto direto com os patrões. Reuniam, muitas vezes, trabalhadores de diferentes ofícios e eram inspiradas por ideais de cooperação e harmonia social (Carone, 1975).

<sup>5</sup> Essas organizações surgiram posteriormente às associações de auxílio mútuo e assumiram um caráter explicitamente classista e combativo. Seu foco principal era a defesa direta dos interesses dos trabalhadores diante dos patrões, por meio de reivindicações por melhores salários, redução da jornada de trabalho e melhores condições laborais. O instrumento fundamental de luta dessas entidades era a greve (Carone, 1975).

No segundo número, o jornal criticava a persistência do pagamento em vales, denunciando que esses tíquetes eram desvalorizados pelo comércio local e frequentemente aceitos com descontos de até 50 %, o que representava perda significativa para os operários da capital mineira (Centro Operário, 30 de novembro de 1903, p. 1).

Segundo o editorial, os trabalhadores depositavam esperanças nas autoridades políticas, especialmente em Francisco Sales, então prefeito da capital, acreditando que o governo, “composto de homens probos e justiceiros”, agiria em prol dos operários:

Eles [os operários] esperam que o governo, composto de homens probos e justiceiros, saberá dar uma providência qualquer em prol dos operários que tanto precisam de proteção dos homens políticos (...). Sim, S.exc. se compadecerá diante um homem que labuta o dia inteiro, de 6 às 5, debaixo de uma soalheira terrível, para ganhar o minguado salário que pagará o alimento de seus filhinhos, e que por fim, ao recebê-lo, ainda tem que perder quase metade. Sim. Eles esperam tudo isso da bondade e da justiça de S.exc., a quem proverbialmente chamam bom e justiceiro. (Centro Operário, 30 de novembro de 1903, p. 1)

Essa confiança no Estado expressa o que Batalha (1990) interpreta como traço distintivo do reformismo operário, que buscava reconhecimento e proteção estatal em vez de confronto direto.

No contexto de uma cidade planejada para ser a capital e encarnar os ideais de ordem, modernidade e disciplina social, como almejavam seus construtores e dirigentes, as elites políticas e governantes empenhavam-se em conter manifestações consideradas “arruaceiras” de diferentes grupos urbanos, inclusive dos trabalhadores, e em preservar a imagem de civilidade (Passos, 2012). Nesse cenário, o Centro Operário, ao adotar um discurso pautado na legalidade e na moderação, buscou legitimar suas demandas perante as autoridades, equilibrando reivindicação e conformidade institucional, uma estratégia que sugeria a busca por validação política sem ruptura com a ordem estabelecida.

Além das exigências salariais, o periódico enfatizava a importância da organização coletiva e da instrução dos trabalhadores como meios para a conquista de direitos. As edições destacavam o papel das lideranças na formação da consciência de classe, argumentando que apenas através de discussões, palestras, conferências e assembleias os operários poderiam superar a “inércia em que viviam” e “evoluir para o próprio bem social” (Centro Operário, 27 de março de 1904).

Esta nova associação, cujo programa encerra tudo quanto é preciso para promover a elevação das classes trabalhadoras, inaugurou (...) a série de conferências que pretende realizar de vez em quando, o mais frequentemente possível para instrução do povo (...). [Pois], não compreendem [os trabalhadores] que a miséria que sofrem, as humilhações que suportam, o desprezo real que são tratados têm sua origem exclusiva na própria ignorância e desunião (...). [Através das conferências e reuniões] pouco a pouco, os trabalhadores irão compreendendo a verdade; o progresso das ideias lhes trará infalivelmente solidariedade dos humildes e o despertar da consciência dos poderosos. (Centro Operário, 27 de março de 1904, p. 1)



Nessa conjuntura, o Centro Operário organizou a primeira conferência voltada aos trabalhadores, realizada na capital mineira em 20 de março de 1904, no salão da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo. A exposição foi proferida pelo italiano Donato Donati, um dos principais articuladores do movimento operário local. Apesar da pouca participação de operários, os jornais *O Operário* e *Minas Gerais* registraram sua repercussão positiva na imprensa e destacaram os elogios ao discurso de Donati (Passos, 2012).

Em 3 de agosto de 1904, quando o periódico já havia atingido seu número 34, a publicação foi suspensa na capital mineira. O *Operário* voltou a circular em 6 de outubro de 1905, agora na cidade de Curvelo (MG). A mudança deveu-se ao adoecimento do redator Olímpio Caldeira Neto, que, por recomendação médica, transferiu-se temporariamente para outra localidade (Centro Operário, 2 de agosto de 1904, p. 1).

Após o falecimento de Olímpio Caldeira Neto, o Centro Operário passou a ser administrado por Alcides Batista, um dos sócios fundadores de outra entidade, a Associação Beneficente Tipográfica, permanecendo ativa até 1906.

Em síntese, as duas edições do jornal *O Operário* evidenciam a consolidação de um discurso reformista e moralizante no interior do movimento operário belorizontino, que buscava legitimidade política e institucional sem romper com as hierarquias sociais vigentes. Apesar de expressarem um projeto de educação e cidadania voltado à classe trabalhadora, as mulheres permaneciam invisíveis nesse espaço discursivo, mencionadas apenas de forma indireta ou simbólica. Essa ausência esclarece que, mesmo em uma circunstância de reivindicação de direitos, a imprensa operária reproduzia valores patriarcais e burgueses, restringindo o papel feminino à esfera doméstica e à moralidade privada – aspecto que será aprofundado na seção seguinte, dedicada às representações de gênero e às pedagogias morais presentes nesses impressos.

## A AUSÊNCIA DA MULHER COMO SUJEITA POLÍTICA E TRABALHADORA: A ÊNFASE NO DOMÉSTICO E A PEDAGOGIA MORAL

A história das mulheres, por séculos, foi narrada nos interstícios, nos silêncios e nas entrelinhas dos grandes relatos históricos. Recuperar essa trajetória significa mais do que simplesmente adicionar figuras femininas a uma narrativa pré-estabelecida: implica desconstruir a própria lógica que organizou o conhecimento histórico e sustentou as estruturas sociais que relegaram metade da humanidade à subalternidade. Para Scott (1995), o gênero se configura como uma categoria crítica de interpretação histórica, ao elucidar que as distinções entre homens e mulheres são construídas socialmente e organizaram as relações de poder.

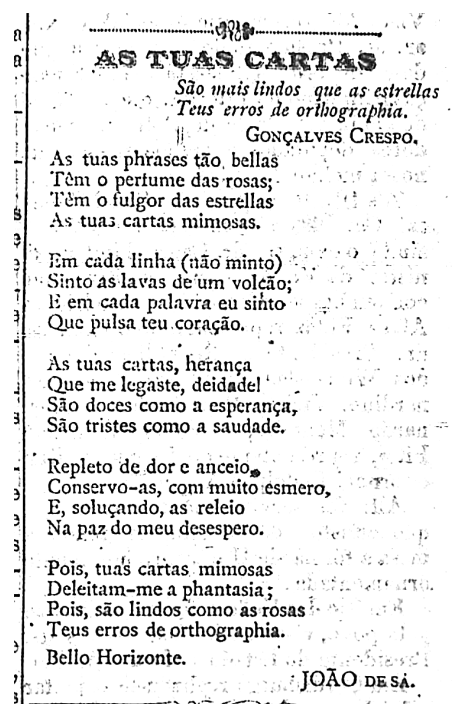
Perrot (1998) demonstra como a historiografia tradicional silenciou as ações e experiências das mulheres, confinando-as a um espaço doméstico idealizado e a-histórico. Esse silenciamento não foi acidental, mas estrutural, visto que naturalizou a divisão sexual do trabalho, posicionando o homem como produtor e a mulher como reprodutora. Contudo, já no século XIX,

As mulheres se mexem, viajam. Migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades, onde acham emprego

principalmente como empregadas domésticas. Essas cidades, que as chamam sem realmente acolhê-las, empenham-se em canalizar a desordem potencial atribuída a coabitação entre homens e mulheres. Daí uma segregação sexual do espaço público. Existem lugares praticamente proibidos às mulheres – políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos..., e outros que lhe são quase exclusivamente reservados – lavanderias, grandes magazines, salões de chá... Na cidade, espaço sexuado, vai, porém se deslocando, pouco a pouco, as fronteiras entre os sexos. (Perrot, 1998, p. 37)

No jornal *O Operário* de 30 de novembro de 1903, encontra-se um exemplo dessa representação idealizada da mulher como símbolo moral e fonte de inspiração, mais do que como trabalhadora ou cidadã (imagem 1). Em poesia de autoria de João de Sá, exalta-se a beleza feminina como virtude espiritual, retratando-a como uma musa inspiradora, comparada a flores e rosas, metáforas recorrentes da pureza e da sensibilidade associadas ao ideal de feminilidade da época (Centro Operário, 30 de novembro de 1903).

Imagem 1. Poesia “As tuas cartas”, de João de Sá



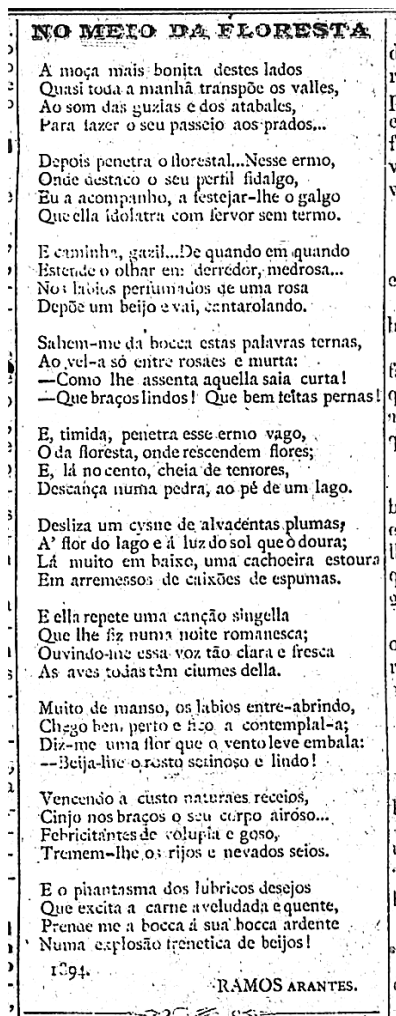
Fonte: Centro Operário, 30 de novembro de 1903, p. 3.

Essa forma de representação evidencia como, mesmo em um jornal vinculado ao movimento operário, o discurso sobre a mulher permanecia atravessado por valores moralizantes e românticos, reproduzindo o ideal de domesticidade e reforçando a separação entre os papéis masculino e feminino. A mulher era celebrada como figura etérea e inspiradora, destinada ao âmbito privado e afetivo, enquanto o homem era identificado com a esfera pública

e produtiva. Assim, as poesias de João de Sá revelam a internalização, no campo operário, de modelos culturais de gênero que, em vez de contestar, reiteravam a ordem patriarcal e o ideal burguês da “mulher anjo do lar” (Morais, 1999).

Outro poema (imagem 2), “No meio da floresta”, de autoria de Arantes Ramos, publicado em O Operário de 7 de dezembro de 1903, reitera a construção da mulher como objeto de contemplação e desejo, associando timidez e erotismo à ideia de feminilidade virtuosa.

Imagem 2. Poesia “No meio da floresta”, de Ramos Arantes



Fonte: Centro Operário, 7 de dezembro de 1903, p. 3.

Contudo, a realidade social e econômica frequentemente se impunha sobre esses ideais normativos. Rago (2014) desvela as fissuras desse projeto disciplinar ao demonstrar que a cidade moderna, com suas fábricas, escritórios e espaços de lazer, criou novas possibilidades e também novas formas de controle sobre o corpo feminino. Se, por um lado, o ingresso na esfera pública representava uma transgressão, por outro, era uma necessidade

econômica incontornável. Conforme a autora, “às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam como alternativas possíveis e necessárias” (Rago, 2014, p. 88).

Perrot afirma que:

Em razão das condições de habitação mais do que mediocres, o interior das casas operárias representa pouca coisa, e a gente do povo tende a viver fora de casa. As mulheres principalmente, pois seu trabalho as empurra para fora: nas compras, nos mercados, para ali encontrarem víveres mais baratos e venderem elas próprias alguma mercadoria de segunda mão; nas ruas, para buscarem a água das fontes e irem à lavanderia; fazer coisas que lhes rendam alguns trocados, entregar o pão e o leite, a roupa lavada, o produto de seu trabalho em casa... Para essas eternas pechinchadoras, a cidade é uma floresta onde caçar sua vida, um espaço de percurso onde sua função de troca se revela essencial. A engenhosidade delas é a justificativa da sua liberdade. (Perrot, 1998, pp. 47-48)

Dessa maneira, o espaço da rua, o trabalho fabril e o serviço doméstico em casas alheias, bem como as atividades associadas ao universo marginal do cabaré e das ruas, indicam que a experiência feminina na esfera pública era diversa e marcada pela luta cotidiana pela sobrevivência.

No romance *Parque Industrial* (2022), de Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, expõe a dura realidade das operárias paulistas, permeada pela exploração no chão de fábrica, pela fome, pela sexualidade e pelos primórdios da consciência de classe. Suas personagens não são “anjos do lar”, mas mulheres reais, cansadas, revoltadas e desejantes de transformações sociais:

Novamente as ruas se tingem de cores proletárias. É a saída da Fábrica. Algumas têm namorados. Outras, não. Procuram. Mães saem apressadas para encontrar em casa os filhos maltratados que nenhum gatuno quer roubar. A limusine do gerente chispa espalhando o pessoal. Uma menina suja alisa o paralama com a mão chupada. Rosinha passa um pente desdentado nos cabelos que esvoaçam. Ao seu lado vai um bandinho. Uma garota terna envolve-lhe a cintura com braços morenos. É Matilde, filha da Céu que começou na vida e agora está na ribalta. –Por que você não entra no sindicato? Matilde brinca com os cachos. –Eu vou entrar na Escola Normal. Mamãe não quer que eu trabalhe mais. Uma menina corada, cheia de animação relata. –Se você conhecesse o Miguetti... O que ele mandar fazer, eu faço! Você não acha, Rosinha? –Vamos ver na reunião, esta noite. Você precisa saber quem é o Miguetti. (Galvão, 2022, pp. 19-20)

Ou ainda, a mulher que não consegue exercer plenamente a maternidade, obrigada a trabalhar exaustivamente nas fábricas paulistas: “–Nós não podemos conhecer os nossos filhos! Saímos de casa às seis horas da manhã. Eles estão dormindo. Chegamos às dez horas. Eles estão dormindo. Não temos férias! Não temos descanso dominical!” (Galvão, 2022, p. 28).

O romance também expressa como o trabalho operário sustenta e viabiliza o modo de vida da classe média dos grandes centros urbanos:

Uma operariazinha envelhecida grita: – Minha mãe está morrendo! Ganho cinquenta mil réis por mês. O senhorio me tirou tudo na saída da oficina. Não tenho dinheiro para remédio. Nem para comer. Rosinha Lituana e Otávia estão espremidas numa cadeira só. Perto delas um menino pardo escancara os olhos claros. Parece que sente tudo o que falam. Na cidade, os teatros estão cheios. Os palacetes gastam nas mesas fartas. As operárias trabalham cinco anos para ganhar o preço de um vestido burguês. Precisam trabalhar a vida toda para comprar um berço. – Isso tudo é tirado de nós. O nosso suor se transforma diariamente no champanhe que eles jogam fora! (Galvão, 2022, p. 29)

Esses excertos apontam que as mulheres não eram meras vítimas passivas do sistema, mas agentes que negociavam seu espaço, desejos e corpos em meio a uma estrutura opressiva e desigual. A educação formal, muitas vezes inacessível, era substituída por aprendizados informais e saberes práticos da sobrevivência, construídos no cotidiano urbano e no ambiente de trabalho.

Imagem 3. Nota intitulada “Megeras”

**Megeras**

Segunda-feira passada, às 8 1/2 da noite na avenida Amazonas, travaram-se em luta Raymunda de tal e Albertina de tal, resultando leves ferimentos em ambas.

Ao trilar dos apitos, para alli seguiram algumas praças do posto policial da 2.ª delegacia e logo zás! conduziram as perturbadoras da ordem publica á gaiola. O delegado da 2.ª circumscrição tomou as providencias que o caso exige.

Fonte: Centro Operário, 14 de dezembro de 1903, p. 3.

É nessa dialética entre controle e resistência que se manifesta o tema da violência estrutural e simbólica, central em Soihet (1989). A autora mostra que a “condição feminina” é perpassada por múltiplas formas de violência – física, psicológica, simbólica e institucional-. No ambiente de trabalho, o assédio moral e sexual, os salários inferiores e a dupla jornada

constituem expressões de uma violência socialmente naturalizada, que mantém a mulher em posição de desvantagem.

Além disso, havia tensões cotidianas entre as próprias mulheres, que, ao reagirem a agressões ou defenderem filhos, eram estigmatizadas como “megeras” ou “arruaceiras”, em contraposição à imagem ideal da mulher recatada e dócil. Essa moralização aparece, por exemplo, em nota intitulada “Megeras”, publicada em *O Operário* (14 de dezembro de 1903), que relata uma briga entre duas mulheres e a ação policial para contê-las (imagem 3).

A perspectiva de Gonzalez (2020) acrescenta uma dimensão fundamental ao indicar que a experiência feminina está atravessada por marcadores sociais de raça e classe e, portanto, não é universal. A mulher negra, na formação social brasileira, enfrentou opressões simultâneas de gênero, raça e classe, e seu ingresso no mundo do trabalho ocorreu predominantemente no serviço doméstico –herança direta da escravidão– enquanto sua escolarização permaneceu ainda mais restrita. Gonzalez demonstra como a branquitude operou como um padrão normativo de feminilidade, excluindo e inferiorizando as mulheres negras:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais a lei” coube a mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi duplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. (Gonzalez, 2020, p. 40)

Por branquitude, compreende-se não apenas a questão da cor, mas igualmente,

A um sistema internalizado de privilégios materiais e simbólicos que se ancora no passado, mas exerce suas prerrogativas no presente. Tem como consequência social a manutenção de monopólios sociais e perpetuação do poder. (...) No Brasil, boa parte da sociedade branca costuma naturalizar o monopólio dos espaços de poder: detém empregos disputados, ocupa posições elevadas em instituições privadas e públicas, mora em bairros com melhor infraestrutura, conta muito regularmente com maior poder aquisitivo, são os clientes mais habituais de clubes, hospitais de ponta e escolas particulares, e não são alvo diretos da polícia. Essa situação é internalizada a partir da concepção de “mérito”. (...) [Assim,] a branquitude também cria padrões de beleza e de sociabilidade, ao mesmo tempo que é grande produtora de imagens e, portanto, de imaginário nacionais. Estes, à sua maneira, ajudam a estabilizar esse cenário –como se fossem naturais–. (Schwarcz, 2024, p. 12).

Nessa lógica, a branquitude opera como sistema social e como subjetividade: é internalizada mediante representações e práticas sociais, sendo naturalizada como norma



hegemônica e universal. Nos jornais analisados, não há menções explícitas à mulher negra, seja nas matérias de cunho político e associativo, seja nas seções literárias e de entretenimento. Essa ausência não deve ser lida como simples lacuna empírica, mas como efeito de uma estrutura discursiva racializada, que invisibilizou as mulheres negras tanto nas pautas do movimento operário quanto nas representações morais e estéticas veiculadas pela imprensa. À vista disso, a ausência de suas vozes e imagens confirma o alcance limitado do universalismo masculino e branco que orientava a escrita desses periódicos, reforçando a pertinência de uma leitura interseccional, conforme propõe Gonzalez (2020).

Há de se destacar que, de acordo com Rago (2014), o movimento operário brasileiro do início do século XX, embora contasse também com a participação de mulheres, foi conduzido majoritariamente por homens e acabou perpetuando a intenção disciplinadora sobre o feminino, bem como a exclusão das trabalhadoras da militância e da representação política. Essa dinâmica contribuiu para o deslocamento das mulheres da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao exigir da mulher operária a adesão ao ideal burguês da “mãe vigilante do lar”, o movimento restringiu sua presença nas entidades de classe, na produção e na vida pública, reafirmando os limites de gênero e de classe que sustentavam a ordem social republicana.

Em diversas passagens dos jornais *O Operário*, percebe-se uma linguagem marcadamente masculina, na qual o conceito de “trabalhador” aparece como sinônimo de homem. Expressões como “grande número de homens do trabalho” e “braços másculos” exemplificam essa concepção generificada do mundo operário, conforme se verifica nas imagens 4 e 5.

De modo geral, a relação entre mulheres, trabalho e educação emerge como um eixo central para compreender os mecanismos de poder e resistência que constituíram a experiência feminina nos “mundos do trabalho”. Nas páginas dos jornais, as mulheres surgem ora como figuras idealizadas e puras, ora como megeras e transgressoras, o que atesta a ausência de suas próprias vozes e o predomínio de uma construção masculina da identidade feminina. Nesse sentido, ignora-se completamente o que as mulheres pensavam sobre si mesmas, como viviam e sentiam. A pesquisa permite conhecer mais sobre a forma como os homens operários representaram as mulheres do que sobre a condição social, sexual e subjetiva das trabalhadoras.

Imagem 4. Escrita masculina em trecho sobre a criação do Centro Operário

**Centro Operario**

Entre os operarios de Bello Horizonte foi lançada a idea da criação do «Centro», uma das necessidades mais palpitantes para o proletariado.

Ao chamado das circulares distribuidas grande numero de homens do trabalho correu a secundar a idéa e, attentos, ouviram a palavra do orador que os concitava a se reunirem, tendo sempre em mira a phrase proverbial que nos legaram os antepassados:—A UNIAO FAZ A FORÇA.

Commoveiram-se aquelles peitos rudés; aquelles corações bateram de entusiasmo e... eil-os promptos a trabalhar pela idéa, cercando o idéal dos fundadores do «Centro» de uma verdadeira adoração, dispostos a lutar pela vida do gremio que se fundar sob seus auspícios.

O «Centro Operario de Bello Horizonte» será uma realidade.

Será uma realidade porque os braços masculos dos que levantaram a graciosa Bello Horizonte nã estão, aparelhados para o combate, para sustentar a associação, para ajudá-la na estrada espinhosa que ella tem que percorrer, estrada escabrosa e cheia de precipícios.

Ahi estão fortes e impavidos, rodeando a sua bandeira com suadedicção, alertas para que ella não caia nos abysmos insondaveis que levam todos os gremios ao desaparecimento e á morte.

O «Centro Operario» será uma realidade porque se arrima aquelles que lá estavam domingo, promptos para auxiliar a commissão promotora na tarefa a que se propuzeram realizar, espalhando beneficios no meio dos que precisam, e propagando a união, unico factor da força, entre os operarios de Bello Horizonte.

Fonte: Centro Operário, 20 de dezembro de 1903, p. 2.

Imagem 5. Trecho de editorial de O Operário

E não só os operarios assim devem proceder como tambem toda a população da cidade e toda a imprensa devem secundar os esforços do proletariado, dêsseos homens a cujos braços devemos o levantamento da bella e elegante urbs que nos serve de Capital.

Aqui estamos nós que approvamos a idéa; nós que nos promptificamos a auxiliar os dignos operarios do «Centro» na tarefa custosa de que elles têm que dar conta.

E, assim como nós, outros se promptificam em proteger a iniciativa do operario, auxiliando-o no empenho que elles têm para se unir num gremio.

Fonte: Centro Operário, 07 de dezembro de 1903, p. 1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa assinalam os limites e as contradições das representações femininas na imprensa operária belorizontina dos primeiros anos da república. Os jornais *O Operário* (1900 e 1903-1905), ainda que se apresentassem como instrumentos de luta de classe e de emancipação social, reproduziram visões de gênero conservadoras e excludentes, que confinaram a mulher à esfera privada e a representavam por intermédio de estereótipos moralizantes.

A hipótese inicial, sobre a ausência de projetos educacionais voltados às mulheres trabalhadoras e a predominância de representações estereotipadas, comprova-se à luz das fontes analisadas. Nessas publicações, os “mundos do trabalho” foram narrados a partir de uma ótica masculina, em que a voz e a agência das mulheres permaneceram silenciadas. Mesmo quando evocadas, as figuras femininas surgem como musas, mães ou transgressoras, sem espaço para a enunciação de sua própria experiência histórica.

Essa constatação impõe ao/à historiador/a o desafio de explorar outras trilhas documentais (como correspondências pessoais, registros escolares, literatura popular e arquivos iconográficos) com o objetivo de reconstruir as experiências femininas e compreender as múltiplas dimensões da educação e do trabalho das mulheres no período. Ao mesmo tempo, é preciso salientar que nem sempre é possível localizar tais fontes, uma vez que a própria escassez ou fragmentação dos registros faz parte da história da exclusão das mulheres dos espaços de escrita e memória. Ainda assim, a investigação desses rastros, quando disponíveis, permite tensionar os limites das evidências tradicionais e ampliar o repertório metodológico da história da educação e do trabalho.

A análise dos periódicos *O Operário* possibilita compreender os mecanismos discursivos de exclusão de gênero e raça presentes mesmo em espaços de contestação social. Ao invisibilizar a mulher como sujeito político e trabalhadora, a imprensa operária reproduziu o ideal burguês de domesticidade e colaborou com a consolidação de uma pedagogia moral do lar, dispositivo que educava as mulheres para a obediência, a modéstia e a abnegação.

Por outro lado, o próprio ato de revisitar essas fontes e interrogar seus silêncios e omissões constitui um exercício historiográfico e político fundamental. Recolocar as mulheres –e, particularmente, as mulheres negras– no centro da narrativa histórica não significa apenas incluir novos sujeitos, mas reformular as perguntas e categorias que orientam a escrita da história.

Portanto, este estudo reafirma que a história da imprensa operária, lida sob a perspectiva dos estudos de gênero e feministas, desnuda as fronteiras do universalismo masculino e mostra que a construção da classe trabalhadora foi, também, uma construção generificada e racializada. Recuperar essas vozes ausentes é, portanto, um gesto de justiça epistemológica e um convite a repensar a própria prática historiográfica, de modo a reconhecer as múltiplas pedagogias e resistências que compuseram o cotidiano das mulheres trabalhadoras na nascente capital mineira.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

- Centro Operário (15 de novembro de 1903). *O Operário*.
- Centro Operário (30 de novembro de 1903). *O Operário*.
- Centro Operário (07 de dezembro de 1903). *O Operário*.
- Centro Operário (14 de dezembro de 1903). *O Operário*.
- Centro Operário (20 de dezembro de 1903). *O Operário*.
- Centro Operário (27 de março de 1904). *O Operário*.
- Centro Operário (2 de agosto de 1904). *O Operário*.
- Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (16 de julho de 1900). *Minas Gerais*.
- Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (8 de setembro de 1905). *Minas Gerais*.
- Liga Operária (29 de julho de 1900). *O Operário*.
- Liga Operária (19 de agosto de 1900). *O Operário*.

### Fontes secundárias

- Batalha, C. H. de M. (1990). Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje* 120, 117-127.
- Carone, E. (1975). *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. Difel.
- Duarte, R. G. C. (2023). A educação de pobres e trabalhadores em Belo Horizonte, Minas Gerais (Brasil, 1897-1930). En C. G. Veiga e M. Gomes (Orgs.), *História das desigualdades escolares: problematizando a divisão sociorracial da educação no Brasil e em Moçambique (séculos XIX-XX)* (pp. 197-224). Fino Traço.
- Ferreira, M. N. (1988). *Imprensa operária no Brasil*. Ática.
- Galvão, P. ([1933] 2022). *Parque industrial*. Companhia das Letras.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Linhares, J. N. (1995). *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte, 1895/1954*. Editora UFMG.
- Luca, T. R. de (2020). História dos, nos e por meio dos periódicos. En C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (3a ed., pp. 111-153). Contexto.
- Morais, F. D. C. (1999). *A evolução da modernidade na filosofia e na literatura: a literatura vitoriana como tradução moralizante no ensino de uma época* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas.

- Passos, D. O. R. dos (2012). Belo Horizonte: política, classe operária e reformismo na nascente capital mineira. *Perseu: História, Memória e Política* 8, 257-288.
- Perrot, M. (1998). *Mulheres públicas*. Editora Unesp.
- Rago, M. (2014). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Brasil, 1890-1930. Paz & Terra.
- Schwarcz, L. M. (2024). *Imagens da branquitude: a presença da ausência*. Companhia da Letras.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Soihet, R. (1989). *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Forense Universitária.